



## O cinema nacional do gênero histórico e seu uso como suporte pedagógico no ensino de história do Brasil: viabilidades e precauções

Wenderson dos Santos Couto  
(UFMG)

### Resumo

A História é um dos temas mais visitados pelo cinema nacional, que tem se tornado um mecanismo divulgador da História Pública, porém nem sempre os conhecimentos históricos apresentados nas obras cinematográficas são fidedignos aos conhecimentos produzidos na academia e disseminados nos centros educacionais. Ocorre constantemente que o espectador, por não possuir conhecimentos básicos da linguagem cinematográfica, se torna um espectador ingênuo portando-se passivamente diante da obra. A presente comunicação tem por objetivo discutir o uso do cinema nacional do gênero histórico como suporte pedagógico no ensino de história do Brasil, analisando-o como texto fílmico e, portanto, um gênero de discurso na concepção de Mikhail Bakhtin. A fim de tornar o espectador ingênuo em crítico, pretende-se ao final desse estudo discutir meios para o desenvolvimento de um letramento cinematográfico em sala de aula que se sustentará, principalmente, nas contribuições de Roxane Rojo e Eduardo Moura acerca dos multiletramentos. Esse trabalho desenvolver-se-á através de uma pesquisa-ação aliada à discussão bibliográfica.

Palavras-chave: cinema nacional do gênero histórico, ensino de história do Brasil, letramento cinematográfico.

### Abstract

History is one of the most subject visited by the Brazilian national cinema, which has become a promoter mechanism Public History. The historical knowledge presented in cinematographic works, for another hand, is not always reliable to the knowledge produced in the academy and spread in the educational centers. The watcher, who hasn't a basic knowledge of film language, becomes a naive spectator staying passively in front of the movie. This paper aims to discuss the use of the national cinema of the historical genre as pedagogical support in the teaching of history in Brazil, analyzing it as a film text and therefore a discourse of gender in the design of Mikhail Bakhtin. In order to make this naive spectator and critical viewer, are, in the end of this study, an effort to find ways to develop a cinematic literacy in the classroom, that will be sustained mainly on the contributions of Roxane Rojo and Eduardo Moura about multiliteracies. This work will be developed through an action research combined with bibliographical discussion.

Keywords: Brazilian national cinema of the historic gender, history of education in Brazil, film literacy.



## Introdução

O debate sobre o uso do cinema como ferramenta no processo de ensino está presente no Brasil desde a década de 1920 quando os representantes do movimento da Escola Nova – Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Edgard Roquete-Pinto e Fernando Azevedo – viram nessa expressão artística um potencial didático. Por seu caráter atraente e envolvente, o recurso cinematográfico que atrai multidões para as salas de projeção, despertou também a atenção dos grupos governantes e da própria academia, que discutem sobre seu potencial educativo, além dos riscos e precauções que devemos considerar ao empregá-lo na prática docente.

Se a relação entre o uso do cinema como suporte pedagógico e as diversas áreas de ensino é estreita, essa se aproxima ainda mais quando nos referimos ao campo do ensino de História. A História é um dos temas frequentemente visitado pelo cinema, e esse fenômeno se repete também no que concerne ao cinema nacional brasileiro. A fim de comprovar tal constatação, em consulta rápida ao site da Cinemateca Brasileira, ao buscarmos no acervo da instituição obras da cinematografia nacional que se relacionam com o termo “história”, somos direcionados para uma lista com 1330 títulos, número bastante expressivo, se levarmos em conta que a base de dados da Cinemateca conta com informações de cerca de 40 mil títulos de todos os períodos da cinematografia nacional.

Em 26 de junho de 2014, entrou em vigor a lei Nº 13.006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que passou a constituir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 26, estabelecendo a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais nas escolas por, no mínimo, duas horas mensais. Diante do fato, surgem alguns questionamentos: Quais filmes, ou quais os critérios para seleção dos mesmos? Em que contexto esses filmes serão inseridos e com qual objetivo? Será apenas um momento de descontração e lazer, indo na contramão do



papel da instituição escolar que tem como foco principal o processo de ensino? Quais as disciplinas terão sua estreita carga horária ainda mais reduzida para a inserção desse recurso no ambiente escolar? Essas questões surgem em meio às incertezas, visto que a referida lei ainda não foi regulamentada.

Diante do panorama exposto acima, vejo como possível solução para a inserção do filme nacional na escola, o seu uso como instrumento agregador da prática docente no processo de ensino. Nessa perspectiva é que defendo o uso do cinema nacional do gênero histórico no ensino de História do Brasil. Mas, como introduzir na escola mais uma linguagem, posto que, muitas vezes, os alunos ainda nem dominam plenamente as linguagens próprias do contexto escolar, sem preocupar-se em desenvolver o letramento para essa nova modalidade de linguagem?

Nesse sentido, a necessidade do desenvolvimento de um letramento cinematográfico faz-se necessário e urgente, tanto para professores quanto para os alunos, no contexto de implantação da lei 13.006. Acredito que o letramento para a linguagem cinematográfica deve considerar não somente os elementos de produção do texto fílmico tais como posição de câmeras, jogos de luzes, sonoplastia, roteiro, dentre outros, mas o contexto de produção da obra, sua intencionalidade e o discurso embutido na mesma. Conhecer, ainda que minimamente, esses elementos permite o desenvolvimento crítico do espectador.

## **1. Elucidações conceituais**

Conscientes de que alguns termos utilizados nesse trabalho são polissêmicos e, portanto, portadores de interpretações diversas, elencamos aqui alguns conceitos que serão essenciais para a compreensão da análise que propomos, ressaltando que essa discussão conceitual ainda se encontra em fase de aprofundamento em nossa pesquisa, além disso, ressaltamos ainda que tais conceitos continuam como férteis campos de estudo.



### 1.1 Cinema do gênero histórico

Ao utilizar o termo cinema do gênero histórico, me refiro aqui à produção cinematográfica com temática histórica, ou seja, o filme histórico e para conceitua-lo recorro a Eduardo Morettin que o define como, todo filme “onde a ação se ambienta claramente no passado” e sua narrativa caracteriza-se pela presença de fatos e heróis históricos, cenários e figurinos de época e “na indicação da localização temporal de seu entrecho” (MORETTIN, 1997, p. 251). Esses filmes podem ser, segundo Johnni Langer, categorizados em obras de “reconstrução histórica, biografias, ficção histórica e adaptações literárias com fundo” (LANGER, 2004, p.4).

Outra categorização relevante para compreensão do cinema do gênero histórico é a estabelecida por José Maria Caparrós Lera, citada pelo pesquisador Rodrigo de Almeida Ferreira. Segundo o autor, os filmes históricos podem ser definidos em três grupos, a saber:

1º) com valor histórico ou sociológico, mas que não tem intenção de ser uma representação histórica; 2º) gênero histórico, que se sustenta em acontecimentos históricos, porém sem se ater a uma rigorosa reconstituição; 3º) com intencionalidade histórica, cujo objetivo é representar um acontecimento, sendo elaborado com maior rigor em termos acadêmicos, resguardadas as liberdades autorais (FERREIRA, 2008, p.6)

Dessa forma, quando nos referirmos ao cinema histórico nesse trabalho, levaremos em consideração as tipologias propostas por Langer e Caparrós, bem como o conceito elaborado por Morettin, que servirá como ponto de convergência entre as categorizações propostas.



## 1.2 Ensino de história do Brasil

Para pensarmos o conceito de ensino de história do Brasil, partiremos da premissa de que o ensino constitui-se em um sistema formal de instrução, do qual se pressupõem um processo de escolarização. Assim, o ensino de história como ressalta a pesquisadora Circe Maria Fernandes Bittencourt é “um conteúdo integrante da “cultura escolar”” (BITTENCOURT, 2008, p. 25).

Ao fazer uma análise ainda que superficial sobre os livros didáticos de história, bem como sobre as diferentes propostas curriculares de história adotadas no Brasil, percebemos que essa ainda possui um caráter cronologicamente linear herdada da historiografia positivista do século XIX que dividia a história da humanidade em grandes períodos – Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea – que segundo Circe Bittencourt teria sido “criada para organizar os estudos históricos escolares” (2008, p. 48).

Paralelamente ao ensino de “história geral” a história do Brasil passa compor o currículo da disciplina seguindo de maneira semelhante uma ordenação linear. Assim, ao pensarmos a história do Brasil costumamos dividi-la em Pré-História do Brasil, Período Colonial, Período Imperial e Período Republicano. Essa organização dos conteúdos de história do Brasil, embora ultrapassada e eurocêntrica, servirá de base para seleção da produção cinematográfica que se pretende analisar no decorrer da pesquisa da qual o presente artigo é parte integrante.

Dessa forma, definimos aqui ensino de história do Brasil como o conjunto de conteúdos formalmente selecionado e abordado nos livros didáticos e programas de ensino que concernem à história do Brasil.



## 2. Cinema e ensino

Presente no Brasil desde o final do século XIX o cinema caiu no gosto popular por se apresentar como uma inovação técnica e despertou a partir da década de 1920, a atenção de educadores e das camadas dirigentes quanto à sua influência sobre a juventude, pois, temiam pelos valores que eram passados aos jovens nas telas, sobretudo nos filmes de comédia, dramas e policiais, que através do humor atentavam contra os padrões morais da sociedade da época. Para os educadores do período o “bom” cinema seria o cinema educativo, caracterizado pelos preceitos morais sintetizados por Jonathas Serrano e Venâncio Filho, citados por Eduardo Morettin:

“o filme capaz de distrair sem causar danos moraes, o filme de emoção sadia, não piégas, sem ridiculez, mas humano, patriótico, superiormente social. Propugnemos o filme brasileiro, sem exaggerações, documental, de observação exacta, serena, sem legendas pedantes, sem narnoros risiveis nem scenas de mundo equivoco em ambientes indesejáveis”(MORETTIN, 1995, 15).

Essa preocupação governamental com o cinema e seu potencial educativo iniciou um movimento nas décadas de 1920 e 1930 em prol da utilização do bom cinema, consolidando-se em 1937 com a criação em âmbito federal do Instituto Nacional de Cinema Educativo (I.N.C.E.) através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, em seu artigo 40. O INCE durou cerca de trinta anos, sendo excluído em 1966, mas durante seu período de atuação produziu mais de 400 filmes, entre curtas e médias, dentre os quais um grande número voltava-se ao apoio às disciplinas das instituições de ensino e 350 deles são atribuídas ao cineasta Humberto Mauro. Após o encerramento do INCE, o governo investiu muito pouco em cinema educativo. Durante a ditadura militar a atuação governamental na produção cinematográfica se restringe a ação da Embrafilme que fomenta a produção e distribuição de filmes nacionais, mas



com foco mercadológico. Temos a partir da década de 1990 a produção de alguns filmes educativos produzidos pelo Ministério da Educação em parceria com a TV Escola e que foram distribuídos em diversas escolas pelo país, mas a iniciativa é tímida se comparada à atuação do INCE.

Porém, recentemente o cinema voltou a chamar a atenção dos governantes no que concerne sua aplicação no ensino. Em 27 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial da União a lei nº 13.006 de autoria do senador Cristovam Buarque que foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 passando a compor o parágrafo oitavo, do artigo 26 da mesma. A referida lei estabelece que “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais”. (BRASIL, 2014). A sanção da lei fortaleceu o debate a cerca do uso de filmes nacionais no ambiente escolar entre educadores, cineastas e membros do governo.

A exibição de filmes no espaço escolar ocorre com frequência, porém, um aspecto importante da Lei nº 13.006 é a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais. É de se esperar que no sistema capitalista essa lei não se restrinja apenas a motivações educacionais, mas também econômicas e isso se comprova a partir da afirmação do próprio proponente da mesma, que afirmou em reportagem da Agência Senado, disponível em seu site que:

A única forma de dar liberdade à indústria cinematográfica é criar uma massa de cinéfilos que invadam nossos cinemas, dando uma economia de escala à manutenção da indústria cinematográfica. Isso só acontecerá quando conseguirmos criar uma geração com gosto pelo cinema, e o único caminho é a escola (AGÊNCIA SENADO, 2014).



Ao compararmos a Lei nº 378/1937 com a Lei nº 13.006/2014 percebemos que a preocupação com o cinema e sua influência na educação tem sido uma constante no Brasil, porém, diferente da legislação de 1937 que criava um órgão responsável pela promoção e orientação da utilização do cinema – o INCE, como processo auxiliar do ensino e meio de educação popular, a lei atual propõe a inserção dos filmes produzidos para o cinema no ambiente escolar.

### 3. Cinema nacional do gênero histórico e história pública

Como já constatamos anteriormente na parte introdutória desse trabalho, a história é com frequência um dos temas mais visitados pelo cinema nacional brasileiro. Ao realizar uma busca simples no acervo de filmes no site da Cinemateca Brasileira utilizando o termo “história”, somos remetidos a um total de 1330 referências encontradas. Ao percorrer as páginas disponibilizadas com tais referências, estão dispostas informações sobre os filmes, e essas nos permitem confirmar o grande número de produções cinematográficas nacionais com temática histórica.

Diante do grande número de filmes com temática histórica que compõem o acervo da Cinemateca Brasileira, percebe-se que o cinema tem sido um divulgador de eventos da história do Brasil e, portanto, um instrumento da história pública que, segundo Rodrigo de Almeida Ferreira (2013), pode ser entendida “como produção de conhecimento histórico, realizada não exclusivamente por um historiador, com ampla circulação na sociedade”. (FERREIRA, 2013, p.2).

De acordo com Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013) o conceito de “história pública”, bem como o debate sobre sua importância surgiram na Inglaterra na década de 1970, no entanto, debates regulares têm sido desenvolvidos no meio acadêmico no Brasil nos últimos anos a cerca do tema, como por exemplo, no **“Simpósio Internacional de História Pública: A história e seus**





públicos”, realizado pela Universidade de São Paulo (USP) em 2012 e do “**XVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**” realizado pela Associação Nacional de História (ANPUH) no Rio Grande do Norte em 2013.

Considerando que a aprendizagem em história ocorre em diferentes esferas da sociedade e não apenas por meio da educação formal, acredita-se que os debates em torno da história pública sejam bastante salutares, visto que sua prática carece ainda de habilidades e métodos que tornem a divulgação de memórias e do conhecimento histórico algo benéfico e responsável. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), desde 1998, já se alinhavam com essa concepção e atentavam para as formas de se aprender História e os desafios do professor em valorizar o saber prévio dos alunos:

Não se aprende História apenas no espaço escolar. As crianças e jovens têm acesso a inúmeras informações, imagens e explicações no convívio social e familiar (...). São atentos às transformações e (...) envolvem-se com os ritmos acelerados da vida urbana, da televisão e dos videoclipes, são seduzidos pelos apelos de consumo da sociedade contemporânea e preenchem a imaginação com ícones recriados a partir de fontes e épocas diversas.

Rádio, livros, enciclopédias, jornais, revistas, televisão, cinema, vídeo e computadores também difundem personagens, fatos, datas, cenários e costumes que instigam meninos e meninas a pensarem sobre diferentes contextos e vivências humanas. (...) os meios de comunicação reconstituíram com gravuras, textos, comentários, fotografias e filmes, glórias, vitórias, invenções, conflitos que marcaram tais acontecimentos. (BRASIL, 1998, p.37, 38).

Essa visão sobre o “aprender a História” está em consonância com a ideia de “História Pública”, e dentre os diversos meios de divulgação da História citados pelos PCN’s, encontram-se os filmes. Mas, podemos considerar as produções fílmicas



nacionais como “disseminadoras responsáveis” do conhecimento histórico? O que os professores de História esperam de um filme histórico? Como os filmes são inseridos no cotidiano escolar?

É comum entre alguns professores de História a aversão a determinados filmes históricos. Esse posicionamento se deve à forma como os diretores narram determinados eventos, muitas vezes embebidos de comicidade e anacronismos criando uma visão distorcida da “História oficial” ou opondo-se aos conhecimentos históricos desenvolvidos na academia. Segundo Almeida, essa “perspectiva de procurar “a verdade histórica” nas representações fílmicas, tal qual era característico na historiografia oitocentista e sua ideia de veracidade do documento, ainda ecoa em algumas críticas aos filmes de gênero histórico”. Porém, deve-se estar atento para o fato de que a narrativa histórica, assim como o filme histórico não são reproduções fidedignas do passado, e sim representações do mesmo. Com relação ao filme, é importante ainda salientar que esse possui uma linguagem própria, e que para compreendê-lo é necessário conhecer essa linguagem. Dessa forma, “mesmo quando confrontadas com a produção historiográfica, os equívocos apresentados no filme favorecem o debate, logo a circularidade do conhecimento histórico”. (ALMEIDA, 2013, p.4).

Conforme foi exposto anteriormente, há inúmeras obras cinematográficas nacionais que abordam eventos históricos e que compõem um importante instrumento de história pública nacional, visto que esse acervo divulga aspectos da história do Brasil. Com as inovações tecnológicas, essas obras chegam às pessoas não apenas através do cinema, mas também através da TV e da internet, expandindo a aprendizagem da história para além da escola, em ambientes não formais. Como a linguagem cinematográfica possui suas peculiaridades e nem todos tem o conhecimento da mesma, a expansão de seu acesso embora benéfica, traz algumas dificuldades, dentre as quais se destaca a seguinte: como garantir que as pessoas que



entram em contato com esses filmes se apropriem do conhecimento histórico presente neles sem se contaminar pelos anacronismos e outros “erros históricos” permitidos pela linguagem cinematográfica? Essa será a questão debatida na próxima seção.

#### **4. Letramento Cinematográfico**

A inserção de filmes na prática docente nas escolas brasileiras não é incomum e antecede à lei nº 13.006/2014, no entanto, para que a aplicação da legislação seja eficaz e a prática se torne uma constante será necessário vencer alguns obstáculos presentes no cotidiano escolar. Na coluna do senador Cristovam Buarque na Gazeta Brazilian News, o parlamentar reconheceu que as escolas não estão preparadas para aplicar a lei, visto que carecem de “se adaptar, especialmente em termos de sala de cinema e com equipamentos digitais modernos, compatíveis com a linguagem audiovisual”. (BUARQUE, 2014).

Atualmente é comum os filmes figurarem nas sequências didáticas e nos planos de aula de grande parte dos docentes. Mas, nem sempre a inserção do cinema nas aulas ocorre de maneira benéfica. Na maioria das vezes percebe-se que este funciona apenas como substituto de uma aula expositiva, ou ainda como uma forma de comprovar teorias e ilustrar os textos do livro didático. Nesse caso o uso do cinema como ferramenta pedagógica torna-se trágico e mesmo desastroso, pois toma esse como um testemunho da verdade fechando o espaço para análises e discussões que poderiam ser aprofundadas.

Ao salientarmos a necessidade de fazermos uso do cinema de maneira crítica, como fomentador de discussões e debates, elevamo-nos à categoria de gênero de discurso na concepção bakhtiniana, logo esse deve ser recebido de maneira ativa e responsiva pelo ouvinte ou telespectador. Embora Mikhail Bakhtin nunca tenha



teorizado sobre o cinema enquanto linguagem, o faremos aqui à luz de um “diálogo imaginário” travado entre ele e Robert Stam primeiramente na obra **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa** (1992) e estendido na **Introdução à teoria do cinema** (2003), na qual iremos focar esse diálogo.

Segundo Bakhtin, em sua obra “**Estética da Criação Verbal**” “é preciso dominar bem os gêneros para empregá-los livremente” (BAKHTIN, 2003, p.284). Dessa forma, promover um uso consciente do cinema como recurso pedagógico nas aulas de História do Brasil, contribui para que este seja entendido como uma forma de linguagem que como as demais é portadora de uma estilística própria, que é intencional. Ao elencar o cinema enquanto linguagem, empregamos aqui o pensamento de Stam que afirma que o cinema é uma linguagem,

não apenas em um sentido artístico metafórico mais amplo, mas também como um conjunto de mensagens formuladas com base em um determinado material de expressão, e ainda como uma linguagem artística, um discurso ou prática significativa caracterizado por codificações e procedimentos ordenatórios específicos (STAM, 2003, p. 132).

Para que o aluno e mesmo o professor não se tornem “receptores passivos” da mensagem expressa pela obra cinematográfica, faz-se necessário que os mesmos dominem, ainda que minimamente a linguagem cinematográfica, que segundo Stam, compõe-se da imagem fotográfica em movimento, dos sons fonéticos gravados, dos ruídos gravados, do som musical gravado e da escrita. O domínio e compreensão desses elementos requerem habilidades específicas adquiridas através de um letramento cinematográfico que deve ser desenvolvido no ambiente escolar. Porém, ele não deve se limitar e muito menos priorizar os aspectos técnicos da produção fílmica.



O uso de imagens e, por conseguinte filmes no ensino de história são extremamente positivos, uma vez que aproxima o aluno da representação do objeto de estudo tornando-o menos abstrato. O cinema é uma excelente aquisição para o campo do ensino de história, mas deve ser utilizado com cautela, levando em consideração algumas práticas fundamentais que otimizam sua aplicação. Seguindo essa linha de pensamento Juam Carlos Thimótheo afirma que

ao acurar o olhar, com o objetivo de desenvolver capacidades para fazer uma leitura crítica/reflexiva das imagens, desenvolver-se-ia também a competência de aprender a dinâmica não apenas do universo técnico, específico da indústria do cinema, mas sobretudo, compreender-se-ia como em diversas temporalidades foram tecidas reflexões sobre o passado e sobre a história da humanidade através da linguagem cinematográfica, e como essas reflexões dialogavam com a contemporaneidade de suas produções. (THIMOTHÉO, 2010, p. 48).

Sendo assim, o filme histórico não nos ensina apenas sobre o período representado, mas, sobretudo, sobre o período de sua produção. Portanto, entender o contexto de produção da obra, seu processo produtivo, e sua intencionalidade são alguns dos aspectos que devem ser levados em consideração, afim de que o aprendizado se torne um momento coletivo de construção do conhecimento e não apenas de reprodução de ideologias dominantes projetadas no discurso fílmico através de seus enunciados, pois o “gênero cinematográfico, da mesma maneira como antes dele o gênero literário, também é permeável às tensões históricas e sociais” (STAM, 2003, p. 29). Permitir ao telespectador a compreensão do discurso embutido na obra cinematográfica minimiza sua passividade diante do mesmo, tornando-o um receptor responsivo capaz de perceber o que Carlos Alberto Faraco (2007) chama de



“plurivocalidade” – referindo ao termo “heteroglossia” proposto por Bakhtin ao considerar as diversas vozes sociais que constituem o discurso formando uma teia dialógica – presente no discurso fílmico em detrimento à “monoglossia” presente em muitos filmes que priorizam as tendências mercadológicas hegemônicas.

Para que essa construção do conhecimento se concretize faz-se necessário desenvolver no ambiente escolar o letramento dos alunos e dos próprios professores para o texto fílmico, que segundo Jean Carlos Dourado de Alcântara,

assim como qualquer outro tipo de texto, possui seus sistemas específicos de significação, compostos principalmente de imagens e sons, os quais, ao serem manipulados, por meio de planos, luzes e movimentos de câmera, além de outros, produzem determinados efeitos de sentido. (ALCÂNTARA, 2014, p. 30).

Dessa forma,

a possibilidade de ler e compreender um texto fílmico, embasado no conhecimento dos recursos próprios da linguagem do cinema, certamente habilitará o leitor a produzir sentidos mais fluentes. Entender o sentido das sombras produzidas pela manipulação de luzes e suas texturas, por exemplo, requer do telespectador uma leitura em nível mais profundo. Isso enfatiza o fato de que uma leitura ativa de um texto fílmico se efetiva também pela exploração dos recursos e estratégias da linguagem do texto cinematográfico. (ALCÂNTARA, 2014, p. 46).

Segundo Roxane Rojo, “a multiplicidade de linguagens, modos e semioses nos textos em circulação” aos quais denomina de hipertextos, requer “multiletramentos”, ou seja, “textos compostos de muitas linguagens e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas para fazer significar”. (ROJO, 2012, p.



18, 19). Ao se referir aos hipertextos a autora os difere de mídias tais como fotos, rádio, TV e cinema, pois acredita que essas últimas “eram destinadas à distribuição controlada da informação/comunicação” tendo como objetivo os “interesses do capital e das classes dominantes e que colocava o receptor no lugar de consumidor dos produtos culturais” (ROJO, 2012, p. 22). No entanto, entendendo que o texto fílmico é um tipo de linguagem específica, que se difere dos demais tipos de linguagem, e que entra em contato com os alunos nos mais diversos contextos, seja em casa – através da TV, DVD ou internet – ou no cinema, produzindo um discurso que muitas vezes é monoglóssico, cabe à escola através de “letramentos críticos”, “transformar o consumidor acrítico em analista crítico” (ROJO, 2012, p. 28).

A partir das reflexões acima é que se propõem a discussão de um letramento cinematográfico destinado às práticas sociais de leitura e escrita do texto fílmico, em que se considere não apenas os aspectos técnicos de sua produção, mas também o contexto histórico e social em que foi realizado, bem como sua intencionalidade.

## **Considerações finais**

Recentemente a exibição de filmes da cinematografia nacional nas escolas tornou-se obrigatória por força de lei, porém, independente da legislação o uso do cinema em sala já era uma prática de vários educadores. No entanto, nem sempre essa prática ocorre positivamente. O que se nota na maioria dos casos é a inserção do filme como substitutivo de aula expositiva ou como prática de lazer, sem um planejamento prévio. Nesses casos, perde-se a gama de possibilidades que esse recurso nos oferece enquanto educadores.

Presente no Brasil desde o final do século XIX, o cinema encanta e prende a atenção dos telespectadores com sua linguagem dinâmica e atraente tornando-se um importante divulgador da história pública. Contudo, não se deve considera-lo um



reprodutor do passado, devemos antes atentar para a intencionalidade de sua produção e entender o discurso embutido em sua narrativa através da análise de aspectos técnicos e do contexto de sua produção.

Desenvolver a autonomia e a criticidade nos jovens é uma das diversas atribuições da escola que pode e deve ser estendida para o consumo consciente do cinema nacional, criando não só o hábito de consumo das produções brasileiras, mas, sobretudo, o consumo crítico da mesma. Portanto, conclui-se que o cinema enquanto linguagem singular carece de uma leitura que leve em consideração suas especificidades, e essa só será alcançada por meio de um letramento cinematográfico desenvolvido na escola nas diferentes áreas de ensino.

## Referências Bibliográficas

AGÊNCIA SENADO. **Vai a sanção projeto que obriga escolas a exibirem filmes nacionais.** 2014. Disponível em <<http://cristovam.org.br/portal3/parlamento/5842-2014-06-06-11-12-34.html>> Acesso em: 06 jun. 2015.

ALCÂNTARA, Jean Carlos Dourado de. **Curta-metragem: gênero discursivo propiciador de práticas Multiletradas.** Cuiabá: UFMT, 2014. 138 p. Dissertação (Mestrado em Linguagem) – UFMT, Cuiabá.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”.** ANPUH: Natal, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Lei nº 378,** de 13 de Janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 15 jan. 1937. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.006,** de 26 de Junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 27 jun. 2014. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13006-26-junho-2014-778954-publicacaooriginal-144445-pl.html>> Acesso em: 06 jun. 2015.





BRASIL, MEC. **PCN Ensino Médio**. Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Os conceitos estruturadores da História. 1998. Disponível online: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pcn/05\\_08\\_historia.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pcn/05_08_historia.pdf)> Acesso em: 02 jun. 2015.

BUARQUE, Cristovam. **Cinema nas escolas vira lei**. Gazeta Brazilian News, EUA, 24 jul. 2014. Coluna Cristovam Buarque. p. 36. Disponível em <<http://issuu.com/gazetanews.com/docs/893>> Acesso em: 20 jul. 2015.

FARACO, Carlos Alberto. O estatuto da análise e interpretação dos textos no quadro do círculo de Bakhtin. IN: GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; MACHADO, Anna Rachel; COUTINHO, Antônia (Orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 43-50.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **O Filme e a História Pública: diálogos para a educação não-escolar a partir de Chico Rei (1985)**. ANPUH: Natal, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cinema, História Pública e Educação: Circularidade do conhecimento histórico em Xica da Silva (1976) e Chico Rei (1985)**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. 398 p. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte.

MORETTIN, Eduardo. **Cinema educativo: Uma Abordagem Histórica**. Comunicação e Educação, São Paulo, (4): 13 a 19, set./dez. 1995.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

STAM, Robert. **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa**. Tradução Heloísa Jahn. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. **Introdução à teoria do cinema**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

THIMOTHÉO, J. C. **Olhar sobre a imagem: aspectos historiográficos e teóricos sobre o cinema**. In: BUARQUE, V. (Org.) Curtas em Mariana e Ouro Preto: identidades através do ensino de História. 01. Ed. Ouro Preto: EDUFOP, 2010. v. 01. p. 47-55.